

Processo nº: 27.222/07 (a) - quatro volumes e um anexo

Apensos nºs: 040.002.607/07, 040.003.230/07 e 040.009.043/06

Origem: Secretaria de Estado de Educação

Assunto: Tomada de Contas Anual

Órgão Técnico: Secretaria de Contas

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Advogado: Dr. Emerson José de Almeida Santos (OAB/DF nº 3.343) e Dr^a. Elizabete Gomes Rodrigues (OAB/DF nº 13.882)

Sessão: Pauta nº 53, S.O. nº 4617, de 23.7.2013

Publicação: DODF nº 147, de 18.7.2013, pág. 14

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Administradores, Agentes de Material e demais Responsáveis da Secretaria de Estado de Educação, referente ao exercício de 2006. O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalvas. NO TRIBUNAL as contas da Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos e do Sr. Irã Oliveira Coutinho foram jugadas irregulares, com imposição da multa individual de R\$ 3.000,00, e determinada à audiência dos referidos responsáveis ante a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/94 (Decisão nº 3.957/2011-CRR e Acórdão nº 159/2011). Interposição de Recurso de Reconsideração. Apresentação de razões de justificativa. A Instrução propõe o provimento parcial do recurso do Sr. Irã Oliveira Coutinho, o improvimento do recurso da Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos, a improcedência das justificativas apresentadas, o deferimento dos pedidos de celeridade processual e novo prazo para recolhimento da multa aplicada. O Ministério Público concorda, em parte, com o Corpo Técnico. VOTO de acordo com a Instrução.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Administradores, Agentes de Material e demais Responsáveis da Secretaria de Estado de Educação, referente ao exercício de 2006.



2. Os responsáveis, no período indicado, foram os seguintes servidores:

a) Gestores/Administradores

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Vandercy Antônia de Camargos	Secretária de Estado	01/01 a 30/12/06
Corinto Miranda Júnior	Secretário de Estado – Substituto	31/08 a 02/09/06
José Pereira Coelho	Subsecretário de Apoio Operacional Substituto	01/01 a 19/01/06 02/08 a 16/08/06
Pedro Coelho Ribeiro	Subsecretário de Apoio Operacional – Respondendo	20/01 a 19/07/06
Basilina Divina Pereira	Subsecretária de Apoio Operacional	20/07 a 21/08/06
Irã Oliveira Coutinho	Subsecretário de Apoio Operacional	22/08 a 31/12/06

Fonte: (fs. 05/06 do Processo nº 040.002.607/2007-Ap.1)

Conforme informação à f. 05-Ap1, o cargo de Secretário de Estado ficou vago em 31/12/2006.

b) Agentes de Material (Almoxarifado Central)

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
João José Pereira Rocha	Gerente de Material	01/01 a 31/12/06
Ihone Lopes Lima	Gerente de Material – Substituta	03/07 a 12/07/06
Carlos Alberto Barbosa Alves	Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central	01/01 a 31/12/06
Maria Gracimilda Rodrigues	Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central-Substituta	04/01 a 13/01/06
Maria Leila de Souza N. Rocha	Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central-Substituta	03/07 a 22/07/06

Fonte: (fs. 07/08 do Processo nº 040.002.607/2007-Ap.1)

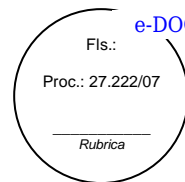
c) Agentes De Material (Almoxarifado de Gêneros Alimentícios)

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Bráulia Mendonça Amâncio	Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios	01/01 a 17/10/06
Kelly Geny Martins Barreiros	Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios – Substituta	01/03 a 15/03/06
Isolda Maria Oliveira Silva	Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios – Substituta	29/06 a 28/07/06 06/11 a 25/11/06
Esdras Monteiro de Oliveira	Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios	28/08 a 15/10/06 18/10 a 31/12/06

Fonte: (fs. 08/09 do Processo nº 040.002.607/2007-Ap.1)

3. Os recursos orçamentários movimentados no período estão demonstrados no quadro abaixo:

CRÉDITO/DESPESA	R\$	R\$
a) CRÉDITOS:		
- Orçamentários (Dotação Inicial)	400.811.055,00	



- Alterações	(79.261.526,00)	
- Movimentação de Crédito	(40.965.475,78)	
- Crédito Bloqueado	(5.083.396,00)	
b) EXECUÇÃO DA DESPESA:		
- Empenho Liquidado		220.842.792,99
- Empenhos a Liquidar		16.534.749,97
- Crédito Disponível		38.123.114,26
TOTAL	275.500.657,22	275.500.657,22

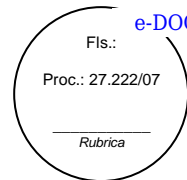
Fonte: (f. 239 do Processo nº 040.002.607/2007-Ap.1)

4. O Controle Interno atestou a regularidade das contas, com ressalvas, conforme Certificado de Auditoria nº 117/07 (fls. 239/240 do Processo nº 080.008.950/10).

5. O Tribunal, na Sessão de 16.8.11, acolhendo Voto do Conselheiro RENATO RAINHA, exarou a Decisão nº 3.957/11 (fls. 435/436), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.957/2011

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da tomada de contas anual dos Administradores da Secretaria de Educação do DF, relativa ao período de 01/01 a 31/12/2006; b) da documentação de fls. 340, 341 e 356 a 373; c) do Processo nºs 080.008.027/2010 e seu apenso 080.008.950/2010; II - considerar atendida a diligência contida no item III da Decisão nº 3172/2010; III - considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas em atenção ao item IV da Decisão nº 3172/2010; IV - considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas em relação à alínea "b" e improcedentes as oferecidas em referência aos itens "a" e "c", todas do item V da Decisão nº 3172/2010; V - julgar REGULARES, com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, e no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, as contas dos seguintes agentes de material: João José Pereira Rocha, cargo ou função: Gerente de Material, período: 01/01 a 31/12/06; Ihone Lopes Lima, cargo ou função: Gerente de Material - Substituta, período: 03/07 a 12/07/06; Carlos Alberto Barbosa Alves, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central, período: 01/01 a 31/12/06; Maria Gracimilda Rodrigues, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central-Substituta, período: 04/01 a 13/01/06; Maria Leila de Souza N. Rocha, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado Central-Substituta, período: 03/07 a 22/07/06; Kelly Geny Martins Barreiros, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios - Substituta, período: 01/03 a 15/03/06 e Isolda Maria Oliveira Silva, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios - Substituta, períodos: 29/06 a 28/07/06 e 06/11 a 25/11/06; VI - julgar REGULARES, com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, e no artigo 167, inciso I,



do RI/TCDF, as contas dos seguintes ordenadores de despesa: Corinto Miranda Júnior, cargo ou função: Secretário de Estado - Substituto, período: 31/08 a 02/09/06; José Pereira Coelho, cargo ou função: Subsecretário de Apoio Operacional e Substituto, períodos: 01/01 a 19/01/06 e 02/08 a 16/08/06; Pedro Coelho Ribeiro, cargo ou função: Subsecretário de Apoio Operacional - Respondendo, período: 20/01 a 19/07/06 e Basílina Divina Pereira, cargo ou função: Subsecretária de Apoio Operacional, período: 20/07 a 21/08/06; VII - julgar REGULARES, COM RESSALVAS, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94 e no artigo 167, inciso II, do Regimento Interno do TCDF, do RI/TCDF, as contas dos responsáveis nominados a seguir, em razão da ausência de comissão formada por no mínimo três membros para proceder ao recebimento de materiais com valores superiores ao estabelecido na Portaria nº 3 de 16.1.1996 e da falta de controle de material em estoque (recebimento, entrega e registro do material): Bráulia Mendonça Amâncio, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios, período: 01/01 a 17/10/06 e Esdras Monteiro de Oliveira, cargo ou função: Chefe do Núcleo de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios, períodos: 28/08 a 15/10/06 e 18/10 a 31/12/06; VIII - julgar IRREGULARES, conforme disposições do artigo 17, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 01/1994, as contas dos responsáveis a seguir, em razão de: a) pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação à então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito, objeto da Nota Técnica nº 271/2007-DAS/CONT, b) irregularidades apontadas nos subitens 1.2.1, 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3, 2.1.2.1, 3.1.2, 5.2.1, 5.2.2, 6.1 e 9.2 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT: **Vandercy Antônia de Camargos, cargo ou função: Secretária de Estado, período: 01/01 a 30/12/06 e Irã Oliveira Coutinho cargo ou função: Subsecretário de Apoio Operacional, período: 22/08 a 31/12/06; IX - aplicar**, com esteio no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994 e no art. 182, § 1º, alínea "b", do Regimento Interno desta Corte, **multa individual aos responsáveis indicados no item anterior no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); X - considerar quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis nominados nos itens V, VI e VII; XI - aprovar e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; XII - autorizar**: a) com fundamento no art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, **a audiência dos responsáveis indicados no item VIII para apresentarem razões de justificativa sobre os fatos que ensejaram a irregularidade de suas contas anuais, ante a possibilidade de o Tribunal aplicar-lhes a penalidade prevista no artigo 60 da referida Lei Complementar**; b) a devolução dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis. Parcialmente vencida a Conselheira



ANILCÉIA MACHADO, que seguiu o voto do Relator, à exceção da alínea "a" do item XII."

6. Em decorrência do decidido, foram lavrados os Acórdãos nºs 156/11, 157/11, 158/11 e 159/11 (fls. 437/440).

7. Irresignados, o Sr. Irã Oliveira Coutinho e a Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos interpuseram os recursos de fls. 465/470 e 513/530, respectivamente. Os apelos foram conhecidos na Sessão de 13.12.11 (Decisão nº 6.750/11-CRR, fl. 494) e de 19.4.12 (Decisão nº 1.677/12-CRR, fl. 659).

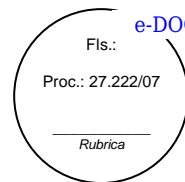
8. Em atenção ao inciso XII, alínea "a", a Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos também apresentou as razões de justificativas de fls. 583/600.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. A Instrução analisou as documentações anexadas aos autos nos termos seguintes:

"2. Na assentada de 16.08.2011, esta Corte proferiu a Decisão nº 3957/2011, fls. 435/436, transcrita a seguir:

*"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da tomada de contas anual dos Administradores da Secretaria de Educação do DF, relativa ao período de 01/01 a 31/12/2006; b) da documentação de fls. 340, 341 e 356 a 373; c) do Processo nºs 080.008.027/2010 e seu apenso 080.008.950/2010; II - considerar atendida a diligência contida no item III da Decisão nº 3172/2010; III - considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas em atenção ao item IV da Decisão nº 3172/2010; IV - considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas em relação à alínea "b" e improcedentes as oferecidas em referência aos itens "a" e "c", todas do item V da Decisão nº 3172/2010; [...] VIII - **julgar IRREGULARES**, conforme disposições do artigo 17, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 01/1994, **as contas dos responsáveis a seguir**, em razão de: **a) pagamento das diferenças salariais** e dos valores referentes a auxílio-alimentação à então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito, objeto da Nota Técnica nº 271/2007-DAS/CONT, **b) irregularidades apontadas nos***



subitens 1.2.1, 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3, 2.1.2.1, 3.1.2, 5.2.1, 5.2.2, 6.1 e 9.2 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT: Vandericy Antônia de Camargos, cargo ou função: Secretária de Estado, período: 01/01 a 30/12/06 e Irã Oliveira Coutinho cargo ou função: Subsecretário de Apoio Operacional, período: 22/08 a 31/12/06; IX - aplicar, com esteio no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994 e no art. 182, § 1º, alínea "b", do Regimento Interno desta Corte, multa individual aos responsáveis indicados no item anterior no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); [...] XI - aprovar e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; XII - autorizar: a) com fundamento no art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, a audiência dos responsáveis indicados no item VIII para apresentarem razões de justificativa sobre os fatos que ensejaram a irregularidade de suas contas anuais, ante a possibilidade de o Tribunal aplicar-lhes a penalidade prevista no artigo 60 da referida Lei Complementar; b) a devolução dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis. Parcialmente vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que seguiu o voto do Relator, à exceção da alínea "a" do item XII." (Destaca-se)

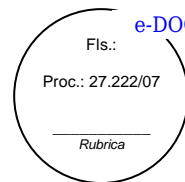
3. Os responsáveis foram devidamente notificados para o recolhimento da multa aplicada e chamados em audiência para razões de justificativa, fls. 455/456.

4. O Sr. Irã Oliveira Coutinho solicitou prorrogação de prazo por 20 (vinte) dias, a partir de 16.11.2011, para apresentação das razões de justificativa, fl. 459, sendo atendido nos termos do Despacho Singular nº 945/2011 – CRR, fl. 462. Vê-se às fls. 465/470 a peça trazida pelo referido servidor, que foi conhecida como Recurso de Reconsideração por esta Corte de Contas, mediante a Decisão nº 6750/2011, fl. 494, que conferiu efeito suspensivo aos itens VIII e IX da Decisão nº 3957/2011 e ao Acórdão nº 159/2011 (irregularidade das contas e aplicação de multa).

5. Mediante o Despacho Singular nº 206/2012-CRR, fls. 511 e verso, foi concedida à Sra. Vandericy Antonia de Camargos prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias, a partir do conhecimento do decisum (14.03.2012, fl. 512-v) para apresentação de recurso em face da Decisão nº 3957/2011.

6. Encontra-se juntado às fls. 513/530 o Pedido de Reconsideração da nomeada, acompanhado dos anexos de fls. 532/582. Na mesma data, deu entrada no Tribunal, também, a peça de fls. 583/600, contendo suas justificativas.

7. Achamos oportuno trazer à memória os fatos a respeito dos



quais os interessados foram chamados em audiência. No que concerne à alínea “a” do item VIII da Decisão nº 3957/2011, ficou assentado: “a) pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação à então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito, objeto da Nota Técnica nº 271/2007-DAS/CONT”. Quanto à alínea “b”, isto é, “irregularidades apontadas nos subitens 1.2.1, 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3, 2.1.2.1, 3.1.2, 5.2.1, 5.2.2, 6.1 e 9.2 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT”, transcrevemos a seguir, trechos da Informação nº 098/09, fls. 284/290, onde esses pontos foram analisados pela unidade técnica, após esclarecimentos pela jurisdição:

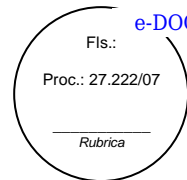
“(…) a) subitem 1.2.1 – **Ponto: Convênios sem designação de executores.** Verificou-se quanto aos Convênios nºs 22/2006, 25/2006 e 87900/2006, que não haviam sido designados executores, contrariando o item II do art. 13 do Decreto nº 16.098/04 e art. 116 da Lei nº 8.666/93. Assim foi recomendado que sejam designados os respectivos executores, quando da assinatura dos convênios.

Esclarecimentos da SE: “6. O setor responsável foi devidamente advertido a este respeito. Nesse sentido, estão anexas as cópias das publicações, especificamente dos atos de designação dos executores dos convênios 22/2006, 25/2006 e 87900/2006 – 00100 (folhas 116/119 – DOC. 01), apontados pela equipe de auditoria no item em referência.” (….) (f. 70)

Nossas considerações: tendo em vista que as medidas foram tomadas após provocação da SOPSCGDF, evidenciando falta de supervisão e controle e não tem efeito retroativo, entendemos que esta questão pode macular as contas.

b) subitem 2.1.1 - 2.1.1.1 – **Ponto: Ausência de pesquisa de preços nas prorrogações do Contrato nº 62/2003.** Verificou-se no Contrato nº 62/2003, objeto do Processo nº 080.003.180/2000, prorrogação por 5 (cinco) Termos Aditivos, que não consta realização de pesquisas de preços e condições mais vantajosas para a administração, contrariando o item II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Assim foi recomendado a abertura de Sindicância e Tomada de Contas Especial para apurar possíveis prejuízos.

Esclarecimentos da SE: “(…) Optou-se pela prorrogação contratual por ser a saída mais efetiva e adequada à situação em tela. De fato houve o vício formal, pois não constam as estimativas de preços de que trata a alínea II, artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, no entanto a substância da prorrogação está devidamente fundamentada, suportada



inclusive por informações jurídicas da Assessoria desta Pasta. Demais esclarecimentos constam às folhas 37 a 49 (DOC. 2) do processo nº 080.020323/2008.

Concluiu que: “A comprovação será oportunamente oferecida, quando da devolução do mencionado processo nº 080.020323/2008, com a apreciação dessa Corte de Contas.”. (f. 71)

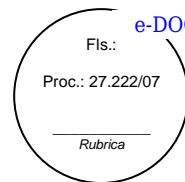
Nossas considerações: entendemos que o fato da ausência de pesquisa de preço, caracterizou falta de supervisão e controle que pode macular as contas. Quanto ao possível prejuízo, está sendo apurado no Processo nº 080.020323/2008.

c) subitem 2.1.1.1.2 – Ponto: emissão de notas de empenho com modalidades de licitação incorreta. Verificou-se no Processo nº 080.015.082/04, que as Notas de Empenho emitidas entre 2005 e 2006, encontravam-se com a Modalidade de Licitação incorreta (Inexigível 06 ao invés de Tomada de Preço 03). Assim, foi recomendado que providenciasse a correção das respectivas Notas de Empenho.

Esclarecimentos da SE: “O setor competente recebeu a determinação para que as correções fossem realizadas. No entanto, informou a impossibilidade de efetuá-las, considerando o término do exercício financeiro (folha 576 – DOC. 3). Ressaltamos de todo modo, que a gestão tem sido dirigida no sentido de não permitir novas ocorrências.” (...) (f. 71)

Nossas considerações: tendo em vista que as medidas foram tomadas após provocação da SOPSCGDF, evidenciando falta de supervisão e controle e não tem efeito retroativo, entendemos que esta questão pode macular as contas.

d) subitem 2.1.1.1.3 – Ponto: não justificativa para o encerramento do Contrato nº 62/2003. Verificou-se nos autos, que tratou do Contrato nº 62/2003, que não constou um novo Projeto Básico de Telefonia Celular que ensejaria novo processo licitatório e nem documento sobre o encerramento do Contrato. Ressaltou que no Relatório de Execução de Atividades, o executor do referido Contrato informou no item Encerramento dos Serviços que enviou e-mail à empresa solicitando o bloqueio de todas as linhas de Telefonia Móvel, à exceção de 2 linhas de uso da Secretária de Estado, devido a especificidade do cargo. Assim, foi recomendado que fizesse constar dos autos um Termo de Encerramento do respectivo Contrato.



Esclarecimentos da SE: "(...)16. Nos mesmos moldes, de certo é recomendável constar, de forma transparente, os motivos que ensejaram o destrato. Todavia, tendo-se atrelado a prorrogação do contrato à suspensão liminar do processo licitatório mencionado, foi tido como esvaziada a necessidade do Contrato nº 62/2003, por não permanecerem mais as condições que a suportavam. De todo modo, o setor competente foi devidamente alertado e assume a responsabilidade de juntar aos autos o referido Termo de Encerramento.

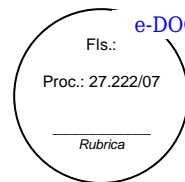
17. Dessa forma, pugnamos pelo acolhimento destas razões indicando, às folhas 37/49 e 575 (DOC. 5), os documentos inerentes ao esclarecimento deste apontamento, conforme manifestações dos setores competentes, aqui sintetizadas." (fs. 71/72)

Nossas considerações: novamente as medidas foram tomadas após provocação da SOPSCGDF, evidenciando falta de supervisão e controle e não tem efeito retroativo. Assim, entendemos que esta questão pode macular as contas.

e) subitem 2.1.2.1 – **Ponto: prestação de serviços sem cobertura contratual.** Verificou-se que no período de 30/05/2006 a 23/11/2006 (seis meses), a Secretaria de Educação ficou sem cobertura contratual para a prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção nas Unidades de Ensino do DF, contrariando o § 4º do inciso VI do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Assim foi recomendado que a Unidade providenciasse a instauração de Processo Administrativo Disciplinar visando apurar os fatos.

Esclarecimentos da SE: foram apresentados pela Subsecretaria de Desenvolvimento do Sistema de Ensino – SUBDSE, que em suma destacamos: a) a situação foi gerada a partir da suspensão do Pregão Eletrônico nº 419/2006, objeto do Processo nº 080.000.514/2005, por determinação do TCDF, proferida na Decisão nº 6.950/2006; b) por meio do Processo nº 080.003.532/2007, realizou-se novo Contrato Emergencial, para evitar a descontinuidade da prestação dos serviços; c) foi proposto novo Projeto Básico visando à licitação; d) por força da decisão nº 3747/07, o Pregão Eletrônico nº 419/2006 foi novamente suspenso; e) a situação foi normalizada com o novo Pregão Eletrônico ocorrido em 15/04/2008. Alegou que do confronto entre direitos fundamentais, o devido processo legal e a continuidade da atividade-fim, direito a educação, optou pela continuidade dos serviços essenciais à educação. Ao final, sub-rogou o acolhimento das razões em pauta. (fs. 72/73)

Nossas considerações: verificamos que as Decisões nºs



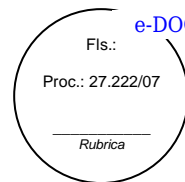
6950/06 e 3747/07 foram proferidas no Processo nº 35.247/06, que acompanha o andamento do Pregão Eletrônico nº 419/2006, que trata da contratação de empresa para prestação de serviços de conservação, limpeza e manutenção de áreas e outros serviços. O referido feito encontra-se na 2ª ICE para acompanhamento. A nosso ver, o fato evidencia falta de supervisão e controle. Assim, entendemos que esta questão pode macular as contas.

(...)

i) subitem 5.2.1 – **Ponto: condições físicas de armazenamento de materiais inadequadas.** Verificou-se “in loco” com relação ao Núcleo de Almoxarifado Central (02 galpões), que as condições de um dos galpões são precárias, a saber: a) piso inadequado; b) instalação elétrica precária, com fios descobertos; c) altura imprópria, baixo e pequeno para armazenagem do material; d) cobertura de zinco, sem forro e exaustor, com oscilações de temperatura, que prejudica a estocagem de material; d) telhado com madeira em decomposição; e) vazamentos nas telhas, podendo desabar; f) ausência de ventilação adequada; g) espaços vazios entre o telhado e o madeiramento, facilitando a entrada de animais e ladrões; h) ausência de pára-raios; i) hidrante inoperante, sem água nem mangueira; j) não inspecionado pelo Corpo de Bombeiros; k) sem placas indicativas para o trânsito; l) local de recebimento de material descoberto, prejudicando o trabalho em tempo chuvoso; m) falta de vigilância e monitoramento eletrônico; n) escassez de servidores; o) material estocado nas encostas do galpão, inadequadas para a preservação dos mesmos. Ressaltou-se que tal situação já foi informada diversas vezes à Secretaria de Educação, conforme ofícios do Chefe do Núcleo. Ressaltou-se que as falhas no galpão dos gêneros alimentícios são: fichas de prateleiras desatualizadas; falta de segurança nas portas; piso rachado; inexistências de mangueiras de incêndio; falta de rampas em frente às portas do depósito para facilitar a movimentação dos produtos. Assim foi recomendado a construção imediata de novas instalações para a armazenagem e conservação dos materiais, observando a legislação vigente.

Esclarecimentos da SE: segundo a Diretoria de Obras, os recursos disponibilizados no Plano de Obras 2008 não são suficientes para a recuperação total dos galpões da Gerência de Almoxarifado Central, bem como da Gerência de Almoxarifado de Gêneros Alimentícios.

“Desse modo, dada a necessária cobertura financeira, recomendável concluir aquelas atividades já iniciadas, para



que, sendo o investimento estimado, haja o planejamento em relação aos recursos de fato existentes e disponíveis. O procedimento licitatório para contratação do serviço está devidamente programado. Conforme informado, também há plano dirigido no sentido de atender a recomendação ainda neste exercício.”. (fs. 75/76)

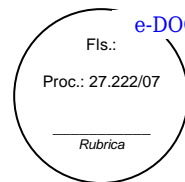
Nossas considerações: em face da falta de medidas pró-ativas para a melhoria dos galpões de armazenamento dos materiais da Unidade, entendemos que esta questão pode macular as contas.

j) subitem 5.2.2 – **Ponto: inexistência de extintores de incêndio com carga.** Verificou-se tal impropriedade nos almoxarifados da Secretaria de Educação. Ressaltou-se que no Núcleo de Almoxarifado Central os 10 extintores de incêndio, encontravam-se vazios e sem reposição desde janeiro de 2006 e encontram-se jogado em carrinho de mão, para as providências. Segundo o Chefe do Núcleo de Gêneros Alimentícios existem 11 extintores, que foram levados para recarga. Assim, foi recomendado a imediata reposição dos extintores de incêndio.

Esclarecimentos da SE: “34. Em atendimento ao disposto neste item, a Gerência de Almoxarifado Central informou que já foram sanados os problemas referentes aos extintores de incêndio. Os mesmos foram substituídos por outros que apresentam prazo de validade até 2012 (folha 54 – DOC. 10).”. (f. 76)

Nossas considerações: tendo em vista que as medidas foram tomadas após provocação da SOPSCGDF, evidenciando falta de supervisão e controle e não tem efeito retroativo, entendemos que esta questão pode macular as contas.

k) subitem 6.1 – **Ponto: impossibilidade de conciliação contábil entre o SIGGO e o SIGMA.** Verificou-se divergências entre os Sistemas SIGMA, SIAC e SISGEPAT, em razão de falhas na sistemática de lançamento, impossibilitando a conciliação contábil. Ressaltou-se que o Relatório da Gerência de Execução Orçamentária e Financeira da UAG/SE, informou a existência de diferenças nos Sistemas SIGGO e SIGMA, relativas às entradas e saídas de materiais (consumo e permanente), impossibilitando a conciliação contábil dos bens. Salientou-se, ainda, que o Relatório Contábil Anual do exercício de 2006 do Núcleo de Secretarias de Estado da DIGEC/SEF apontou irregularidades em várias contas do Ativo em 2006, entre elas, as do Estoque Interno de Almoxarifado e de Bens Móveis. Assim, foi recomendado que promovesse a



conciliação diária entre os Sistemas SIGMA, SIAC e SISGEPAT.

Esclarecimentos da SE: “(...) 37. Desta forma, no que concerne a esta questão, o setor específico foi devidamente advertido. O trabalho tem sido dirigido no sentido de prevenir as ocorrências apontadas, as quais consideramos como verdadeiros termômetros, sobretudo nos Relatórios de Auditoria, Termos de Audiência, Decisões, Recomendações e Termos de Ajustamentos, tanto provenientes da Corregedoria-Geral do DF, como desse Tribunal de Contas e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Demais esclarecimentos constam às folhas 214 a 274 (DOC. 12).” (fs. 76/77)

Nossas considerações: tendo em vista que as falhas apontadas dizem respeito a sistemática de lançamento, que dependem de medidas de controle e lançamentos diários, entendemos que esta questão pode macular as contas.

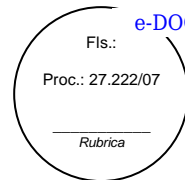
(...)

m) subitem 9.2 – **Ponto: não encaminhamento do Inventário Físico Patrimonial da Unidade no prazo legal.** Verificou-se que o Inventário Físico Patrimonial do exercício de 2006 da Secretaria de Estado de Educação foi encaminhado à Diretoria Geral de Patrimônio/SEPLAG em 26/07/2007, mediante Ofício nº 226/2007-UAG/SE, data posterior a das presentes contas. Assim, foi recomendado que o Inventário Físico Patrimonial seja encaminhado dentro do prazo legal.

Esclarecimentos da SE: “39. Em atendimento ao recomendado, a presidente da Comissão de Inventário Patrimonial esclareceu, à folha 122 a 124 (DOC. 14), que a situação já foi regularizada, tendo sido o Inventário Patrimonial desta Secretaria, referente ao exercício de 2007, finalizado e entregue à Secretaria de Planejamento e Gestão no dia 29/02/2008.

40. Elucidou, ainda, que o atraso verificado decorreu da reestruturação desta Secretaria, bem como da mudança de Diretores das diversas Instituições Educacionais vinculadas a esta Pasta, fatos que dificultaram o regular desenvolvimento dos trabalhos e, por consequência provocaram a inviabilidade da entrega do inventário no prazo estabelecido.” (f. 77)

Nossas considerações: tendo em vista que a entrega do Inventário Físico Patrimonial evidenciou falta de medidas pró-ativas, além de falta de supervisão e



controle e a entrega a posteriori não tem efeito retroativo, entendemos que esta questão pode macular as contas.

n) subitem 9.3 – Inventário Físico do Almoxarifado não anexado à Tomada de Contas da Unidade. Este fato contrariou a Emenda Regimental TCDF nº 18/2006 em alteração aos incisos III e IV do art. 140 e os arts. 141 e 142 da Resolução nº 38/90-TCDF. Assim, foi recomendado que procedesse a anexação do Inventário Físico do Almoxarifado à estas contas.

Esclarecimentos da SE: “41. Com relação ao exposto neste item, a Gerência de Almoxarifado Central esclareceu às fls. 54 que procedeu a anexação do referido Inventário Físico e Financeiro do Material de Almoxarifado (fls. 55/91 – DOC. 15), dando, dessa forma, cumprimento à recomendação e à determinação expressa na alínea “a” da Decisão nº 5397/2008.”. (f. 78)

Nossas considerações: conforme abordado no item 5 desta Informação, observamos que o material enviado (DOC. 15, fs. 207/244), não atende a documentação que possibilite o julgamento das contas dos Agentes de Material. Segundo consta no item 3.1.2 à f. 463-Ap1, a Comissão responsável pelo levantamento do estoque só foi formalizada em 30/03/2007, consoante Portaria nº 95/07, não se observando o disposto no art. 142/R/TCDF. Assim, entendemos que a questão tratada no item 3.1.2 deve ser acrescida aos demais itens que podem macular as contas.” (Destaques do original)

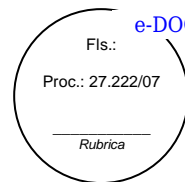
8. Ressalta-se que a alínea “n”, transcrita acima, refere-se ao subitem 3.1.2, tratado na alínea “b” do item VIII da Decisão nº 3957/2011.

9. Quanto ao item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT, também referido na alínea “b” mencionada, diz respeito a despesas realizadas acima do limite de 25% estabelecido pelo art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, consoante informado à fl. 301 destes autos.

10. Passa-se, a seguir, à análise das peças trazidas pelos interessados.

I - SR. IRÃ OLIVEIRA COUTINHO (fls. 465/470)

11. A peça deu entrada no Tribunal em 05.12.2011, tempestivamente, considerando-se a prorrogação de prazo de 20 (vinte) dias, a partir de 16.11.2011, concedida pelo Relator do feito, fl. 462.



12. Como dito anteriormente, foi conhecida pela Corte como Recurso de Reconsideração. Temos, contudo, que pode ser também aproveitada como razões de justificativa em face do item XII, alínea "a", da Decisão nº 3957/2011, porquanto a audiência se refere aos mesmos fatos que ensejaram a irregularidade das contas do interessado e a aplicação de multa.

13. No que concerne ao "pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação a então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito", o interessado traz, em síntese, as mesmas alegações apresentadas anteriormente e que foram tidas por improcedentes pela Corte: não teria transgredido nenhuma norma, haja vista que a Sra. Vandercy Antonia de Camargos era servidora dos Quadros da Secretaria de Educação e, como tal, tinha direito ao recebimento das verbas pagas, como os demais que também receberam, sendo certo que algum momento ela teria que receber a importância que lhe era devida.

14. O interessado, nesse ponto, nada traz de novo. Apenas menciona lista de processos em que teria se dado o pagamento das mesmas verbas pagas à Sra. Vandercy Antonia de Camargos, estentidas a outros servidores, e já trazida a esta Corte de Contas em ocasião pretérita. Contudo, não logrou demonstrar o critério utilizado para justificar o pagamento à referida servidora antes dos demais interessados, quando essa ocupava o cargo de Secretária de Educação, ou a preponderância do interesse público.

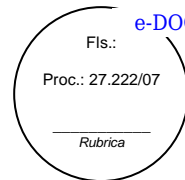
15. Nesse diapasão, entendemos que o argumento não se mostra suficiente para afastar a irregularidade das contas e a aplicação da multa ao interessado. Contudo, a nosso sentir, s.m.j., merece acolhida como razão de justificativa para afastar a aplicação da penalidade de inabilitação de que trata o art. 60 da Lei Complementar nº 01/94, s.m.j., porquanto não há nos autos evidência de que tenha se beneficiado com a autorização de pagamento.

16. Quanto aos subitens referidos na alínea "b" do VIII da Decisão nº 3957/2011, assim se manifesta o justificante quanto ao:

a) subitem 1.2.1 - os convênios foram firmados no final de 2006 e ele foi exonerado do cargo no início de 2007, não havendo como nomear os executores;

Análise

Consta dos autos que o Convênio nº 22/2006 foi firmado em 11.12.006 e os demais, nºs 25 e 28/2006 foram assinados em 29.12.2006, fl. 453 do apenso nº 040.002.607/2007. Em relação ao primeiro, temos que houve tempo suficiente para ter sido indicado o executor, contudo, em relação aos outros, assiste razão ao interessado, posto que foi



exonerado em 31.12.2006 (fl. 661 destes autos). Assim, o argumento não se mostra suficiente para afastar a irregularidade apontada.

b) subitem 2.1.1.1 – o Contrato nº 62/2003 e respectivos aditivos, para prestação de serviços de telefonia, foram firmados antes da sua assunção ao cargo, que se deu em 22.08.2006;

Análise

De fato, assiste razão ao interessado. Consoante visto à fl. 455 (040.002.607/2007) o ajuste e seus aditivos tiveram vigência de 29.08.2003 a 24.04.2006 e a sua nomeação data de 22.08.2006 (fl. 661 destes autos).

c) subitem 2.1.1.1.2 – determinou ao setor financeiro, em meados de dezembro/2006, a correção das notas de empenho com modalidades de licitação incorretas;

Análise

O interessado nada trouxe que comprove a alegação, portanto, em nada lhe aproveita.

d) subitem 2.1.1.1.3 - o encerramento, sem justificativa, do Contrato nº 62/2003 (referido no subitem 2.1.1.1), deu-se antes da sua nomeação;

Análise

O quanto arguido é pertinente, porquanto a nomeação data de 22.08.2006 (fl. 661 destes autos).

e) subitem 2.1.2.2 - prestação de serviços sem cobertura contratual (de 30/05/2006 a 23/11/2006, a Secretaria de Educação ficou sem cobertura contratual para a prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção nas Unidades de Ensino do DF);

Análise

O período coincide com a gestão do interessado. Contudo, nada foi dito quanto a esse ponto, em que pese o longo período a descoberto, permanecendo, pois, a irregularidade.

f) subitem 3.1.2 - já havia, em audiência anterior, comprovado a instituição de Comissão de Inventário, por meio da Ordem de Serviço nº 140, de 26.12.2006. Assim, se não houve continuidade dos trabalhos, não lhe cabe responsabilidade;



Análise

Mostra-se pertinente o alegado, conforme faz prova a cópia da ordem de serviço vista à fl. 369 destes autos, porquanto, se não estava mais no cargo, não poderia contornar os percalços que teriam impedido a continuidade dos trabalhos.

g) subitem 5.2.1 – quando assumiu o cargo, visitou as dependências do almoxarifado e constatou a precariedade das instalações, problema que já se arrastaria por mais de 08 (oito) anos. Teria passado à Gerência de Engenharia da SE/DF orientações para reforma das dependências, entretanto, o período chuvoso e a falta de recursos teriam inviabilizado as ações;

Análise

Não trouxe aos autos nenhuma comprovação das alegações, por mínima que fosse. Assim, em nada lhe aproveita.

h) subitem 5.2.2 – não era do seu conhecimento a inexistência de extintores de incêndio com carga; certamente teria adotado providências se soubesse; espera que a solicitação feita pela Secretaria de Fazenda quando do Relatório tenha sido atendida;

Análise

Temos que o argumento não o exime de responsabilidade. O art. 61 do Regimento Interno da SE/DF delineia as atribuições da Subsecretaria de Apoio Operacional e o inciso III deixa claro a incumbência de oferecer apoio logístico e material necessário ao funcionamento das unidades da jurisdicionada, o que o interessado não logrou comprovar.

i) subitem 6.1 – espera que as recomendações concernentes à impossibilidade de conciliação contábil entre o SIGGO e o SIGMA tenham sido atendidas;

Análise

Do mesmo modo que o mencionado no item precedente, em nada lhe socorre.

j) subitem 9.2 – o não encaminhamento do Inventário Físico Patrimonial da Unidade no prazo legal não lhe pode ser atribuído, posto que a sua exoneração deu-se no início do exercício de 2007;

Análise



O argumento mostra-se plausível, tendo em vista que o interessado já não estava na jurisdicionada para cobrar providências do setor competente.

l) item 1.4 Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT (fl. 301 destes autos) – a assinatura constante da autorização de despesas é semelhante à sua, mas não a reconhece, pelo que solicita a realização de exame grafotécnico. Jamais autorizaria a realização de despesas acima do limite de 25% estabelecido pelo art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e atribui a irregularidade provavelmente à quebra de rotina por parte dos setores competentes. Traz aos autos os documentos juntados às fls. 471/487;

Análise

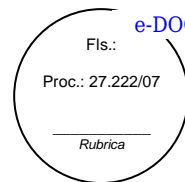
A documentação em nada aproveita ao interessado, apenas confirma que ele próprio autorizou a despesa, em especial o documento de fl. 487. O ônus da prova cabe a quem alega. Assim, ao interessado cumpre comprovar a sua não responsabilidade, restando prejudicado o pedido de realização de exame grafotécnico.

17. Alguns dos pontos tratados no item 16, precedente, como já analisados, laboram em favor do interessado, todavia, o conjunto probatório mostra-se insuficiente para afastar a irregularidades das suas contas e a aplicação da multa que lhe foi imposta. Desse modo, tem-se por improcedentes as razões recursais, devendo ser mantido o teor dos itens VIII e IX da Decisão nº 3957/2011. A propósito, faz-se necessária a promoção de ajustes no Acórdão nº 159/2011, no que concerne ao recorrente, para excluir as irregularidades apontadas nos subitens 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.2.2, 5.2.1, 5.2.2, 6.1 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT.

18. A nosso sentir, entretanto, mesmo restando configurada falta de supervisão e controle, as alegações, s.m.j., mostram-se plausíveis como razões de justificativa para afastar a aplicação da pena de inabilitação de que trata o art. 60 da LC nº 01/94 ao interessado.

II - SRA. VANDERCY ANTONIA DE CAMARGOS (fls. 513/530 e 583/600)

19. As peças deram entrada no Tribunal em 12.04.2012, tempestivamente, considerando-se a prorrogação de prazo concedida mediante o Despacho Sigular nº 206/2012-CRR, fls. 511 e verso, de 30 (trinta) dias a partir do conhecimento do decisor (14.03.2012, fl. 512-v) para apresentação de recurso em face da Decisão nº 3957/2011.



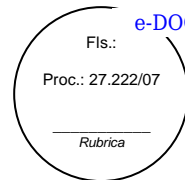
20. Mediante a Decisão nº 1677/2012, fl. 659, a Corte conheceu da peça recursal como Recurso de Reconsideração, conferindo efeito suspensivo aos itens VIII e IX da Decisão nº 3957/2011 e ao Acórdão nº 159/2011. De se ressaltar que a interessada buscou discutir na peça recursal a alínea "a" do item XII, qual seja, o chamamento em audiência para fins de aplicação do art. 60 da LC nº 01/94, o que não foi acolhido pela Corte (item II da Decisão nº 1677/2012).

21. Cumpre ressaltar que ambas as peças possuem idêntico teor, razão pela qual faremos a análise conjunta das mesmas.

22. A interessada argúi, em preliminar, a decadência, porquanto, no seu entender, transcorridos 05 (cinco) anos após o exercício a que se referem as contas, 2006, in casu, é de se concluir: "...a conclusão lógica de **aprovação tácita das contas**" (destaque do original). Também, afirma não ter ocorrido o julgamento das contas em definitivo pela Decisão nº 3957/2011, "pois a própria Corte de Contas 'abriu' novo prazo processual para que a acusada apresentasse justificativa".

23. No tocante à decadência, convém salientar que o exercício do Controle Externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF não se submete aos efeitos do artigo 54 da Lei Federal N.º 9.784/99 (recepcionada, no Distrito Federal, pela Lei N.º 2.834/01), em face do entendimento consagrado no Processo N.º 497/2002 e ratificado pela Decisão N.º 1424/04, exarada no Processo N.º 5.528/95, cuja ementa é a que segue:

"EMENTA: Complementação dos proventos da pensão civil concedida a MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA E SILVA-SGA. Na fase de discussão da matéria, o Conselheiro JORGE CAETANO suscitou questão preliminar no sentido de que o Plenário decidisse acerca de prejudicial de mérito, decorrente da possível incidência, no presente caso, do instituto da decadência, em face do "caput" e § 1º do art. 54 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, vez que o termo "a quo" do referido instituto jurídico é o primeiro pagamento, bem como nos princípios da segurança jurídica, da legalidade, da eficiência e, subsidiariamente, no inciso IV do art. 269 do Código de Processo Civil. - O Colegiado, verificando a presença, nesta assentada, de todos os membros titulares, decidiu, por maioria, ratificar a Decisão nº 1675/03, adotada no Processo nº 0497/02, no sentido de considerar **inaplicável** o art. 54 da Lei Federal nº 9784/99, recepcionada no Distrito Federal pela de nº 2834/01, para obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Vencido o Conselheiro ÁVILA E SILVA, que votou pela aplicabilidade da decadência, pelas razões expendidas em sua Declaração de Voto apresentada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF, no que foi



acompanhado pelo Relator, Conselheiro JACOBY FERNANDES". (grifos acrescidos)

24. *Cumprе destacar que, no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU, o entendimento é o mesmo. No Processo TC 013.829/2000-0, aquela Corte de Contas examinou a matéria e decidiu que as disposições da Lei nº.º 9.784/99 não têm aplicação obrigatória sobre os processos de competência daquele Colegiado (Decisão N.º 1020/2000; Ata nº 47/2000; TCU - Plenário). No Voto condutor da Decisão mencionada, o Ministro-Relator manifestou-se assim, no essencial:*

"43. Não se deve perder de vista, enfim, que as decisões do Tribunal de Contas traduzem o exercício da função de controle externo, de caráter legislativo, sobre a função administrativa, que com aquela não se confunde. Ao apontarem irregularidades quando da fiscalização da atividade administrativa, as decisões do Tribunal exigem um ato posterior da Administração, para a correção do ponto impugnado. Todavia, agindo assim, a Administração Pública não exerce autotutela, como se retirasse do mundo jurídico, sponte sua, o ato irregular. Na realidade, está sendo vinculada a esse agir, por força de determinação do órgão de controle externo. Nesses casos, inexistindo autotutela, não há que se falar na aplicação da Lei nº 9.784/99".

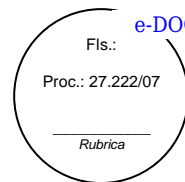
25. *O Supremo Tribunal Federal - STF tem o mesmo entendimento, conforme exposto no Mandado de Segurança - MS 25.641/DF. O Ministro-Relator assim se pronunciou, na parte que interessa:*

"5. No que se refere à decadência administrativa, o art. 69 da Lei n. 9.784 preceitua:

'Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.'

6. *O processo de tomada de contas instaurado perante o TCU é regido pela Lei n. 8.443/92, que consubstancia norma especial em relação à Lei n. 9.784/99. Daí porque não se opera, no caso, a decadência administrativa. Entendimento contrário, como assevera Procuradoria Geral da República, inviabilizaria a atividade de controle externo da Corte de Contas, 'na medida em que se exigiria o exame de quaisquer atos da administração em curto prazo, o que se configura impossível com a estrutura e demanda a ele atinentes' [...]."* (Trecho do Voto do Min. Eros Grau no MS 25.641/DF. Fonte: <http://www.stf.jus.br>)

26. *Quanto à afirmação de não ter ocorrido o julgamento das contas em definitivo pela Decisão nº 3957/2011, "pois a própria*



Corte de Contas 'abriu' novo prazo processual para que a acusada apresentasse justificativa", cumpre registrar que o prazo aberto pela Corte foi para apresentação de razões de justificativa em face da aplicação da pena de inabilitação tratada no art. 60 da LC nº 01/94. Cabe, por óbvio, no tocante ao julgamento das contas, o Recurso de Reconsideração, cujo direito a interessada ora exerce.

*27. No que tange ao mérito, a interessada argúi, inicialmente, que a deliberação pela irregularidade de suas contas "...partiu de **premissa falta** de que a Requerente teria pago para si auxílio alimentação em detrimento de quatro mil servidores, o que evidentemente não é verdade" (destaque do original). Registre-se, por oportuno, que a deliberação da Corte teve por lastro outros fatos também, como falaremos adiante.*

28. Quanto ao "pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação a então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito", a interessada repisa as mesmas alegações apresentadas anteriormente, no sentido de que não houve ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade, porquanto era servidora dos Quadros da Secretaria de Educação e, como tal, tinha direito ao recebimento das verbas pagas, como os demais que também receberam.

29. Argúi, ainda, que na ocasião do pagamento foi levado em conta o interesse da coletividade, pois não apenas ela, então Secretária de Estado de Educação, isoladamente, teria recebido o que era de direito, mas também, outros 3.000 servidores, na sua gestão, foram beneficiados. Junta, em adição ao quanto arguido, lista de processos em que teriam se dado os pagamentos (fl. 536), alegando, ainda, que até recentemente teria alcançado mais de 31.000 servidores da jurisdição.

30. Como a interessada mesmo afirma, já havia trazido ao Tribunal, em momento anterior, relação de processos de pagamento em que muitos outros servidores teriam recebidos as verbas em comento (fl. 364). Convém frisar que não foi questionado pela Corte o direito da servidora, mas o critério utilizado para justificar o pagamento a si mesma, antes de tantos outros na mesma situação, quando essa ocupava o cargo de Secretária de Educação, ou, ainda, a preponderância do interesse público. Isso, a interessada não logrou comprovar.

31. A esse respeito, convém ressaltar, palavras da interessada, que na sua gestão 3.000 servidores foram beneficiados com o pagamento e, até mais recentemente, mais de 31.000. Entendemos que o argumento não se mostra suficiente para afastar a irregularidade das suas contas e a aplicação de multa, pois que não demonstrou, por meio de documentos comprobatórios, a ausência de favorecimento nos pagamentos de que se fala, razão pela qual pode o Tribunal deliberar acerca da



aplicação da penalidade de inabilitação tratada no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94.

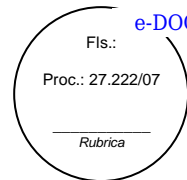
32. No tocante aos pontos referidos na alínea “b” do item VIII, as alegações da interessada são sempre no sentido de que, como Secretária de Estado de Educação, não seria de sua responsabilidade qualquer providência para evitar as irregularidades apontadas. A responsabilidade seria apenas dos setores subordinados, em especial da extinta Subsecretaria de Apoio Operacional – SUBAP, atual Chefia da UAG, pelo que junta cópia do Regimento Interno da jurisdicionada. A interessada afirma, ainda: “As recomendações desta e. Corte de Contas foram dirigidas ao órgão que possui as respectivas unidades orgânicas, cada qual com sua responsabilidade e competência específica, trabalhando, lado a lado, de forma harmônica”.

33. Com o devido respeito, não entendemos que a responsabilidade de conduzir a jurisdicionada possa ser atribuída apenas a uma unidade. O art. 81 do Regimento Interno da SE/DF (fl. 577), nos vários incisos que o integram, enumera as atribuições do Secretário e deixa clara a responsabilidade que lhe cabe. Dentre as muitas, inclusive, a de propor nomeações e dispensas de ocupantes de Cargos em Comissão da Secretaria, o que poderia ter sido levado a efeito se os colaboradores não correspondiam.

34. Demais disso, o próprio Regimento Interno, ao elencar as atribuições das Subsecretarias deixa sempre patente a subordinação ao Titular da Pasta. Desse modo, temos não que não se mostra plausível a um agente público supor que assume um cargo na estrutura pública e terá apenas os bônus, sem a contrapartida que encerra as obrigações.

35. A interessada conclui a peça recursal e justificatória solicitando ao Tribunal a concessão da prioridade na tramitação dos autos, com fundamento nos arts. 1211-A do Código de Processo Civil e 1º, c/c o art. 71, § 1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). O pleito é perfeitamente viável, posto que encontra guarida nos dispositivos legais mencionados e, ainda, no art. 1º, § 4º, da Portaria 32, de 02.06.2005, desta Corte de Contas.

36. Concluímos a análise dos argumentos trazidos pela interessada no sentido de que, exceção feita ao pedido referido no parágrafo precedente, em nada lhe socorrem os argumentos apresentados para elidir a irregularidade das contas, a aplicação de multa e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelos motivos já delineados ao longo desta instrução.”



“I - tome conhecimento da peça de fls. 465/470, apresentada pelo nomeado no parágrafo 4º desta instrução (já conhecida como Recurso de Reconsideração, Decisão nº 6750/2011), também, como razões de justificativa em face do item XII, alínea “a”, da Decisão nº 3957/2011, para:

a) considerá-las suficientes para afastar a aplicação da penalidade de inabilitação de que trata o art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;

b) considerar procedentes as razões recursais para excluir as irregularidades apontadas nos subitens 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.2.2, 5.2.1, 5.2.2 e 6.1 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT, constantes da alínea “b” do item VIII, da Decisão nº 3957/2011, e improcedentes em relação às demais irregularidades referidas no mesmo item;

II - autorize a reforma do Acórdão nº 159/2011, no que concerne ao recorrente nomeado no parágrafo 4º desta instrução, para excluir as irregularidades mencionadas na alínea “b” do item precedente;

III - tome conhecimento, também, das razões de justificativa apresentadas pela nomeada no parágrafo 5º desta instrução, fls. 583/600 e anexos de fls. 601/650, em face do item XII, alínea “a”, da Decisão nº 3957/2011, considerando-as insuficientes para afastar a aplicação da penalidade de inabilitação de que trata o art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;

IV - negue provimento às razões recursais da recorrente referida no item III, precedente, mantendo-se os termos dos itens VIII e IX da Decisão nº 3957/2011 e do Acórdão nº 159/2011;

V - defira o pleito formulado pela interessada referida no item III, retro, autorizando a prioridade na tramitação dos presentes autos, com fundamento no art. 1211-A do Código de Processo Civil c/c os arts. 1º e 71, § 1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e, ainda, no art. 1º, § 4º, da Portaria 32/2005-TCDF;

VI - conceda novo prazo aos responsáveis referidos nos itens I e III, precedentes, para que, em 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento da multa aplicada mediante a Decisão nº 3957/2011, item IX, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), atualizado até a data do efetivo recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001;

VII - dê ciência aos interessados do teor da decisão a ser proferida;

VIII - autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”



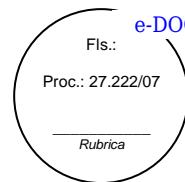
MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1744/12 da lavra do Dr. DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE (fls. 680/691), acolhe em parte, as proposições da Instrução. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“16. O recorrente alega, em relação ao “pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação a então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito” (alínea “a” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011), que, ao incluir o nome da então Secretária de Estado em uma das inúmeras folhas de pagamento “(...) não transgrediu nenhuma norma, haja vista que, POR SER TAMBÉM SERVIDORA, ERA TAMBÉM CREDORA, e o que se deu no caso em exame foi o princípio da igualdade, princípio esse inserto da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo qual assegura que todos são iguais perante a Lei, o que significa, no caso da então Secretária de Educação, tratamento igualitário com os demais servidores” (Grifo do original) (fl. 466), acrescentando que inexistem elementos comprobatórios da ocorrência de “(...) favorecimento, privilégio ou individualidade em razão do exercício do cargo, haja vista que, somente no exercício de 2006, foram formados 18 (dezoito) processos de exercícios findos naquela Secretária de Estado, cujos pagamentos foram oriundos da mesma espécie, ou seja, pagamento de diferenças salariais e auxílio-alimentação” (fl. 466).

*17. Observa-se que, a princípio, o pagamento de diferenças salariais e de valores referentes a auxílio-alimentação à pessoa da **Sra. Vandercy Antônia de Camargos** até poderia ser devido. Todavia, o ato de pagar a vantagem em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito evidencia privilégio injustificado, fato que representa afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, como nos ensina o insigne professor Celso Antônio Bandeira de Mello (in: Curso de Direito Administrativo, 9ª Edição, fls. 70 e 72), ao explicitar a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas, devendo a Administração e seus agentes atuar em estrita conformidade como os princípios éticos.*

18. Nesse condão, tendo em conta o recorrente não ter apresentado elementos capazes de demonstrar a supremacia hierárquica do interesse público ou o critério utilizado para justificar o pagamento das vantagens à referida servidora, quando essa ocupava o cargo de Secretária de Educação, antes de fazê-lo a outros interessados em condições semelhantes ou até mesmo precedentes, entendo que o ato em tela configura-se ilegal e ilegítimo.



19. Oportuno reiterar que a conduta do então Subsecretário de Apoio Operacional evidencia sua desídia no trato da coisa pública, autorizando o pagamento indevido e injustificado à titular da Secretaria em detrimento de outros servidores na mesma situação, fato que, no entendimento ministerial, enseja a sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

20. Assim, considero insubsistentes as alegações ofertadas em relação à **alínea “a” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011** para afastar a irregularidade das contas e a aplicação da multa ao interessado, devendo o Tribunal, em consequência dos atos administrativos adotados pelo **Sr. Irã Oliveira Coutinho**, beneficiando injustificadamente a então Secretária de Educação com os pagamentos de diferenças salariais e auxílio-alimentação em detrimento de outros servidores da Pasta, aplicar ao nominado ex-dirigente a penalidade de inabilitação prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94.

21. No tocante às ocorrências indicadas na **alínea “b” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011**, o recorrente assim se manifesta:

Subitem 1.2.1 – Convênios sem designação de executores.

22. O recorrente alega que “(...) os 03 (três) Convênios foram firmados no final do exercício de 2006. Como fui exonerado do cargo no início de 2007, não tinha como nomear executores, porque os referidos processos não chegaram às minhas mãos quando ainda estava no exercício das minhas funções” (fl. 467).

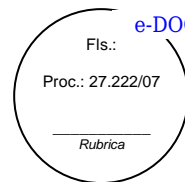
23. Entendo que o argumento pode ser acolhido pelo Tribunal para afastar a irregularidade em questão, haja vista os elementos constitutivos dos autos evidenciarem que o Convênio n.º 22/2006 teria sido firmado em 11.12.006, enquanto os Convênios n.º 25/2006 e n.º 28/2006 em 29.12.2006 (fl. 453 do Processo n.º 040.002.607/2007).

24. Ainda que o recorrente, exonerado em 31.12.2006 (fl. 661 do Processo n.º 040.002.607/2007), tivesse tempo hábil para proceder à indicação do executor do Convênio n.º 22/2006, o mesmo não se verifica em relação aos demais ajustes.

25. Nesse contexto, considero suficiente o argumento para afastar a irregularidade objeto do **subitem 1.2.1**.

Subitem 2.1.1.1 – Ausência de pesquisa de preços nas prorrogações do Contrato n.º 62/2003.

26. Alega que “(...) o Contrato de Prestação de Serviços de telefonia móvel, bem como seus respectivos aditivos, foram realizados antes do mês de agosto/2006” (fl. 467), ou seja, antes de sua assunção ao cargo, ocorrida em 22.08.2006.



27. A alegação deve ser acolhida pelo Tribunal, haja vista o Contrato n.º 62/2003, objeto do Processo n.º 080.003.180/2000 e seus aditivos vigirem de 29.08.2003 a 24.04.2006 (fl. 455 do Processo n.º 040.002.607/2007) e a nomeação do ora recorrente datar de 22.08.2006 (fl. 661 do Processo n.º 040.002.607/2007).

Subitem 2.1.1.1.2 – emissão de notas de empenho com modalidades de licitação incorreta.

28. Afirma que, após ser comunicado do fato em tela, identificado por um assessor da Subsecretaria de Apoio Operacional, determinou “(...) ao setor financeiro em meados de dezembro/2006 que fizessem as devidas correções nas Notas de Empenho” (fl. 467).

29. Deve-se observar que, apesar das afirmações em comento, o recorrente não apresentou elementos comprobatórios da alegação, persistindo, portanto, a falha apontada no Relatório de Auditoria n.º 117/2007.

Subitem 2.1.1.1.3 – não justificativa para o encerramento do Contrato n.º 62/2003.

30. O recorrente assinala que o encerramento do Contrato n.º 62/2003 sem justificativa “(...) ocorreu antes da minha posse para o exercício do cargo de Subsecretário de Apoio Operacional, ou seja em 18/05/2006” (fl. 467).

31. A afirmação subsiste, haja vista a nomeação do **Sr. Irã Oliveira Coutinho** ter se dado em 22.08.2006 (fl. 661 do Processo n.º 040.002.607/2007), não devendo a falha figurar como irregularidade às suas contas.

Subitem 2.1.2.1 – prestação de serviços sem cobertura contratual.

32. O recorrente não se manifestou em relação à prestação de serviços sem cobertura contratual, constatada no período de 30.05.2006 a 23.11.2006, para a prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção nas Unidades de Ensino do Distrito Federal.

33. Cumpre frisar que o período em questão coincide com a gestão do **Sr. Irã Oliveira Coutinho**, permanecendo a irregularidade apontada pelo Órgão de Controle Interno.

Subitem 3.1.2 – bens imóveis.

34. Reafirma que, na audiência anterior, já havia comprovado a instituição de Comissão de Inventário, por meio da Ordem de Serviço n.º 140, de 26.12.2006, ressaltando que “(...) se os trabalhos não foram realizados, não tive qualquer



responsabilidade sobre os mesmos. Nesse caso, o meu procedimento foi regular” (fl. 467).

*35. A cópia da Ordem de Serviço n.º 140, de 26.12.2006 (fl. 369), demonstra a instauração da Comissão de Inventário dos Materiais de Consumo. Assim, tendo em conta o **Sr. Irã Oliveira Coutinho** ter sido exonerado em 31.12.2006 (fl. 661 do Processo n.º 040.002.607/2007), entendo que o recorrente não poderia interferir ou contornar eventuais percalços nos trabalhos da comissão instaurada, podendo o Tribunal acolher a alegação em apreço.*

Subitem 5.2.1 – condições físicas de armazenamento de materiais inadequadas.

36. Alega que, quando assumiu o cargo, fez uma visita às dependências do almoxarifado e constatou a precariedade das instalações, ressaltando que os “(...) fatos foram passados à Gerência de Engenharia da Secretaria para que fosse providenciado expediente para reforma dos galpões de armazenamento de materiais, vez que por mais de 08 (oito) anos começava a aparecer os problemas e nada foi feito” (fls. 467/468), acrescentando que o início do período de chuvas e a falta de recursos teriam inviabilizado as ações de recuperação.

37. Ressalte-se que o recorrente não apresentou comprovação das alegações trazidas aos autos, revelando que não foram adotadas medidas eficazes para reverter a situação que já perdurava há anos, conforme anunciado em suas alegações, sujeitando o erário a prejuízos injustificados em decorrência da ação diligente e tempestiva do responsável para assegurar a melhoria dos galpões de armazenamento dos materiais da SE/DF, devendo a falha permanecer como irregularidade às contas.

Subitem 5.2.2 – inexistência de extintores de incêndio com carga.

38. Assinala que “(...) esse fato nunca me fora comunicado pela Diretoria responsável. Se tivesse tido conhecimento, garanto que as providências seriam tomadas apesar do pouco tempo que passei naquela Secretaria de Educação” (fl. 468).

39. Oportuno observar que o desconhecimento da falha apenas evidencia a negligência do recorrente para com suas atribuições funcionais, haja vista o inciso III do artigo 61 do Regimento Interno da SE/DF estabelecer, dentre as competências da Subsecretaria de Apoio Operacional, a incumbência de o titular daquele cargo oferecer apoio logístico e material necessário para o funcionamento das unidades da jurisdição, o que o interessado não logrou comprovar.



40. Assim, entendo que o argumento em apreço não merece prosperar, permanecendo a irregularidade em tela.

Subitem 6.1 – impossibilidade de conciliação contábil entre o SIGGO e o SIGMA.

41. O recorrente espera “(...) que as recomendações feitas tenham sido atendidas para o fiel cumprimento do art. 117 do Decreto 16.098/94” (fl. 468).

42. Assim como expendido no item anterior, entendo que a alegação em nada socorre o recorrente, porquanto resta evidenciada a negligência do então Subsecretário de Apoio Operacional no acompanhamento e controle das atividades das unidades organizacionais daquela SE/DF.

Subitem 9.2 – não encaminhamento do Inventário Físico Patrimonial da Unidade no prazo legal.

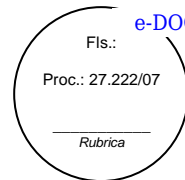
43. Reafirma o recorrente que “(...) não tinha como cobrar da Comissão o relatório final do inventário físico patrimonial” (fl. 468), uma vez que teria sido exonerado em janeiro de 2007.

44. Conforme exposto anteriormente (**subitem 3.1.2**), entendo que o recorrente não teve tempo hábil para supervisionar e controlar a entrega do relatório final do inventário, posto que já não mais ocupava o cargo de Subsecretário de Apoio Operacional, podendo o Tribunal acolher a alegação em exame.

Item 1.4 – despesas realizadas acima do limite de 25% estabelecidos pelo artigo 65, §1º, da Lei n.º 8.666/93.

45. Informa que “(...) a assinatura exposta na autorização de despesas (...) é bastante semelhante às que assino. Acontece que nunca permitiria empenhar e pagar despesas que não estivessem dentro das normas legais” (fl. 468), asseverando que a irregularidade provavelmente seria decorrente da quebra de rotina por parte dos setores competentes e solicitando “(...) abertura de inquérito para exame grafotécnico por parte dos órgãos competentes para que os fatos venham a ser devidamente esclarecidos” (fl. 468).

46. Observa-se, na documentação carreada aos autos, que as afirmações ofertadas pelo **Sr. Irã Oliveira Coutinho** não afastam a sua responsabilidade. Ao contrário, verifica-se, no expediente acostado à fl. 487, que o recorrente autorizou “(...) **a realização da despesa e emissão de Nota de Empenho, sua liquidação e o respectivo pagamento no valor de R\$ 1.540.032,34 (Um milhão, quinhentos e quarenta mil, trinta e dois reais e trinta e quatro centavos)**, objetivando cobrir despesas decorrentes com a prestação de serviços de transporte de alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal” (Grifo do original).



47. Ademais, quanto à solicitação de exame grafotécnico, entendo correto o posicionamento externado pela Unidade Técnica no sentido de que o ônus da prova cabe a quem alega, devendo o recorrente comprovar, por meio de informações e documentos hábeis e idôneos, que não teve responsabilidade pelos atos e fatos apontados nos autos.

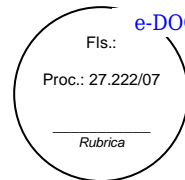
48. Em face do exposto, entendo que o Tribunal pode acolher as alegações apresentadas pelo **Sr. Irã Oliveira Coutinho** em relação às ocorrências objeto dos **subitens 1.2.1; 2.1.1.1; 2.1.1.1.3; 3.1.2; 9.2** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007, podendo as falhas em comento ser excluídas do rol de irregularidades consignadas no Acórdão n.º 159/2011, o qual deve ser reformado pela Corte de Contas.

49. Todavia, os argumentos apresentados em relação à **alínea "a" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011** (pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação a então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito), e às questões apontadas nos **subitens 2.1.1.1.2; 2.1.2.1; 5.2.1; 5.2.2; 6.1** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e no **item 1.4** do Relatório de Auditoria n.º 034/2008-GERES/DAS/CONT não foram suficientes e satisfatórias para afastar as falhas ali consignadas.

50. Importante observar que, dentre as atribuições conferidas aos Subsecretários de Apoio Operacional, compete desempenhar funções de planejamento, coordenação e supervisão da gestão administrativa da SE/DF, prestando apoio operacional a todos os órgãos subordinados e/ou vinculados àquela Pasta, envolvendo atividades votadas ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pela SE/DF; indicação de executores dos contratos e termos aditivos celebrados; supervisão da negociação, elaboração e administração de todos os contratos e convênios firmados; proposição da realização de procedimentos licitatórios; além de outras atividades inerentes à sua área de competência.

51. Nesse condão, há que se observar que as irregularidades constantes dos **subitens 2.1.1.1.2; 2.1.2.1; 5.2.1; 5.2.2; 6.1** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e no **item 1.4** do Relatório de Auditoria n.º 034/2008-GERES/DAS/CONT evidenciam a negligência do **Sr. Irã Oliveira Coutinho** no trato da coisa pública, na medida em que deixou de observar preceitos legais e/ou operacionais inerentes ao cargo que ocupava à época.

52. Essa desídia administrativa revela a prática de ato de gestão antieconômico, além de afronta às normas legais que regem a Administração Pública, sujeitando o erário a prejuízos injustificados, decorrentes da inobservância de preceitos estabelecidos legislação de regência, notadamente na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, na Lei



n.º 8.666/93 e no Decreto n.º 16.098/94, maculando a regularidade da gestão da SE/DF no exercício de 2006, tanto assim que o Tribunal julgou irregularidade as suas contas, nos termos do artigo 17, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar n.º 01/94, aplicando-lhe multa pecuniária em razão da conduta desidiosa.

53. Nesse contexto, tendo em conta os argumentos recursais do **Sr. Irã Oliveira Coutinho** não se mostrarem suficientes e satisfatórios para afastar a sua responsabilidade pelos fatos em questão, entendo, diferentemente da Unidade Técnica, que as falhas e impropriedades apontadas nos autos ensejam a inabilitação do nominado ex-gestor para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, a teor do artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94.

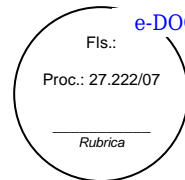
Das peças recursais apresentadas pela Sra. Vandercy Antônia de Camargos (fls. 513/530, 532/582 e 583/600).

54. Observa-se, de antemão, que as peças trazidas aos autos pela recorrente possuem idêntico teor, podendo, portanto, proceder-se à análise conjunta das alegações ali contidas.

55. Preliminarmente, a recorrente argui a decadência prescricional, alegando terem transcorrido 05 (cinco) anos após o exercício de 2006, cuja gestão ora se examina, sem que o Tribunal tenha julgado definitivamente as contas na Decisão n.º 3.957/2011, haja vista ter aberto "(...) novo prazo processual para que a acusada apresentasse justificativa", asseverando que "(...) na hipótese de ultrapassado o termo final do prazo, impera a conclusão lógica de **aprovação tácita das contas**" (Grifo do original) (fl. 519).

56. Sobre tal alegação, entendo desnecessário tecer comentários adicionais àqueles expendidos pela Unidade Técnica, haja vista a questão encontrar-se devidamente pacificada no âmbito da Corte de Contas, posto que, no exercício do Controle Externo, não se submete aos efeitos do artigo 54 da Lei Federal n.º 9.784/99 (recepcionada pela Lei Distrital n.º 2.834/01), em face do entendimento consagrado no Processo n.º 497/2002 (Decisão n.º 1.675/2003), ratificado no Processo n.º 5.528/95 (Decisão n.º 1.424/2004).

57. Ademais, ao contrário do alegado, o Tribunal, por meio do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011, julgou irregulares as contas da então Secretária de Educação, **Sra. Vandercy Antônia de Camargos**, em razão dos fatos apontados no Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e no Relatório de Auditoria n.º 034/2008-GERES/DAS/CONT, sendo o prazo concedido à responsável destinado à apresentação das razões de justificativa que julgasse



pertinentes para afastar a aplicação da pena de inabilitação tratada no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94.

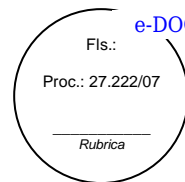
58. Portanto, considero que as alegações preliminares ofertadas pela recorrente não se sustentam, devendo o Tribunal, no mérito, rejeitá-las.

*59. Na sequência, a recorrente argumenta que a decisão que rejeitou as suas contas "(...) partiu de **premissa falsa** de que a Requerente teria pago para si auxílio alimentação em detrimento de quatro mil servidores, o que evidentemente não é verdade" (Grifo do original) (fl. 521), acrescentando que o pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação que lhe teriam cometido não representa ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade, uma vez que era servidora dos Quadros da Secretaria de Educação e, como tal, tinha direito ao recebimento das verbas em comento, assim como os demais servidores daquela Pasta, que também as receberam.*

60. Afirma que, na hipótese, "(...) não há que se falar em mau versação (sic) ou dilapidação de recursos públicos. Não houve qualquer prejuízo ao erário, muito pelo contrário. Trata-se de pagamento do que o Estado devia a seus servidores" (fl. 523), argumentando que agiu em estrita conformidade com o cargo que exercia e no interesse da coletividade, posto que a solicitação de pagamento de passivos trabalhistas teria sido direcionada não apenas à sua pessoa, mas também a outros três mil servidores, beneficiados na sua gestão, acostando à sua defesa lista dos processos de pagamento efetuados (fl. 536), além de relação com 31 (trinta e um) processos, cujos pagamentos beneficiaram, de 2004 a 2007, cerca de 31.000 servidores da jurisdicionada (fl. 538).

*61. Cumpre repisar que a ex-Secretária de Educação foi chamada em audiência não em razão de questionamentos acerca dos seus direitos enquanto servidora efetiva da SE/DF, mas sim para apresentar justificativas acerca dos critérios adotados para que os pagamentos devidos fossem realizados a ela em detrimento de tantos outros na mesma situação. Para tanto, bastaria demonstrar que tais pagamentos respeitaram critério justificável para que a **Sra. Vandercy Antônia de Camargos** fosse beneficiada antes dos demais servidores – ordem cronológica, valores, idade do servidor, ou outros. Ao contrário, a ausência de explicitação desses critérios evidencia indícios de favorecimento indevido da ex-dirigente decorrente do cargo que exercia à época.*

62. Na espécie, verifica-se que a recorrente não apresenta elementos consistentes para demonstrar a lisura do ato administrativo que acarretou nos pagamentos em questão nem a preponderância do interesse público, evidenciando, assim, afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade, pressupostos essenciais da Administração Pública.



63. Nesse condão, entendo que o Tribunal deve considerar insubsistentes as alegações ofertadas pela **Sra. Vandercy Antônio de Camargos** em atenção à **alínea “a” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011** e, por consequência, manter a irregularidade das suas contas e a aplicação da multa à recorrente, sem embargo de aplicar-lhe, ainda, a pena de inabilitação prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94, porquanto resta evidenciado, nos autos, que a então Secretária de Educação foi favorecida com a autorização do pagamento de diferenças salariais e auxílio-alimentação em detrimento de outros servidores em situação análoga, sem critérios justificáveis para tanto.

64. Em relação às questões indicadas na **alínea “a” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011**, a recorrente alega, em linhas gerais, que, na condição Secretária de Estado de Educação, não teria responsabilidade pelas irregularidades apontadas pelo Órgão de Controle Interno, asseverando que “(...) o cumprimento das obrigações que estão imputadas a esta Requerente eram de responsabilidade exclusiva da extinta Subsecretaria de Apoio Operacional – SUBAP, hoje denominado Chefia da UAG” (fl. 526), apresentando para fundamentar tal alegação cópia do Regimento Interno da SE/DF (fls. 539/582).

65. Afirma que “As recomendações desta e. Corte de Contas foram dirigidas ao órgão que possui as respectivas unidades orgânicas, cada qual com sua responsabilidade e competência específica, trabalhando, lado a lado, de forma harmônica. Não existe, nos autos, qualquer prova que a ex-Secretária de estado, ora Requerente, sabia das recomendações e, com dolo ou culpa manifesta, não teria agido de ofício” (fl. 527), acrescentando que “(...) todos os itens colocados como culpa da ex-Secretária de Estado não eram de obrigação desta o cumprimento” (fl. 528).

66. E mais, assinala que “As meras irregularidades ou informalidades administrativas que nenhum prejuízo causaram ao erário, não por culpa da Requerente, mas por terceiros, não podem ser motivo de rejeição de contas da Requerente”, destacando que “Não podem inconformidades menores, em razão do trabalho sobrenatural existente na Secretaria de Educação, serem tratadas por esta Corte como se fossem casos graves com provas robustas de desvios de recursos públicos, o que não é o caso dos autos (...) **não sendo justo o tratamento duro e desproporcional que vem sofrendo**” (Grifos do original) (fl. 528).

67. Observe-se que o Regimento Interno da SE/DF deixa claro que compete ao Secretário de Estado, na condição de dirigente máximo daquela Pasta, desempenhar funções administrativas, políticas e sociais inerentes ao cargo, sendo responsável pela supervisão, direção, coordenação e controle das ações desenvolvidas pela Secretaria, consoante artigo 81 do referido regimento (fl. 577).



68. Além disso, o normativo regimental estabelece que as unidades orgânicas guardam explícita subordinação ao titular da Pasta, cabendo-lhe propor a nomeação e dispensa dos ocupantes de Cargos em Comissão da Secretaria (inciso X do artigo 81), devendo responder, em última análise, pelos atos omissivos e comissivos daqueles colaboradores que porventura tenham por ele sido designados.

69. Assim, conforme bem anotado pela Unidade Técnica, não se mostra plausível que o agente público, ao assumir cargo na estrutura pública, presuma que terá apenas os bônus do cargo, sem que lhe seja exigida contrapartida inerente às obrigações dele decorrentes.

70. Nesse contexto, entendo improcedentes as alegações em apreço, podendo o Tribunal manter inteiro teor dos termos consignados no item VIII da Decisão n.º 3.957/2011 e no Acórdão n.º 159/2011, que reprovou a gestão da **Sra. Vandercy Antônia de Camargos** e aplicou-lhe a multa prevista no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 01/94 e no artigo 182, §1º, alínea "b", do Regimento Interno do TCDF, em razão das irregularidades apontadas nos **subitens 1.2.1; 2.1.1.1; 2.1.1.1.2; 2.1.1.1.3; 2.1.2.1; 3.1.2; 5.2.1; 5.2.2; 6.1 e 9.2** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e no **item 1.4** do Relatório de Auditoria n.º 034/2008-GERES/DAS/CONT, conforme indicado na **alínea "b" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011**.

71. Por fim, a recorrente solicita "(...) a concessão do benefício da prioridade de tramitação, com fundamento nos artigos 1211-A do CPC e 1º c/c 71, §1º, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)" (fl. 529).

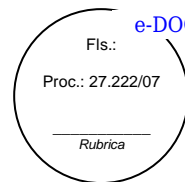
72. Não vejo óbice para que o pleito seja concedido, haja vista encontrar amparo nos dispositivos legais mencionados pela recorrente e no artigo 1º, §4º, da Portaria TCDF n.º 32, de 02.06.2005.

73. Diante de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado pugna no sentido de que o eg. Plenário:

I. tome conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Irã Oliveira Coutinho** (fls. 465/470) e das razões de justificativa nele contidas em atenção ao item XII, alínea "a", da Decisão n.º 3.957/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento:

II. considere, no mérito,

a) **improcedentes** as alegações relativas ao pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação à então Secretária de Estado de Educação em detrimento de outros



servidores que tinham o mesmo direito, objeto da Nota Técnica n.º 271/2007-DAS/CONT, conforme consignado na alínea "a" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011;

b) **improcedentes** as justificativas ofertadas em relação aos **subitens 2.1.1.1.2; 2.1.2.1; 5.2.1; 5.2.2; 6.1** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e ao **item 1.4** do Relatório de Auditoria n.º 034/2008-GERES/DAS/CONT, objeto da alínea "b" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011;

c) **procedentes** as alegações concernentes às ocorrências dos **subitens 1.2.1; 2.1.1.1; 2.1.1.1.3; 3.1.2; 9.2** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007, consignadas na alínea "b" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011;

III. autorize a reforma do Acórdão n.º 159/2011, no que concerne ao **Sr. Irã Oliveira Coutinho**, para excluir as falhas dos **subitens 1.2.1; 2.1.1.1; 2.1.1.1.3; 3.1.2; 9.2** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 do rol de irregularidades da gestão no nominado gestor no exercício de 2006;

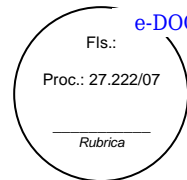
IV. aplique ao **Sr. Irã Oliveira Coutinho** a penalidade de inabilitação prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94, em razão da inobservância de preceitos legais e/ou operacionais inerentes ao cargo de Subsecretário de Apoio Operacional exercido à época;

V. tome conhecimento das peças trazidas aos autos pela **Sra. Vandercy Antônia de Camargos**, Recurso de Reconsideração (fls. 513/530), Defesa (fls. 532/582), Razões de Justificativa (fls. 583/600), e anexos (fls. 601/650), em atenção ao item XII, alínea "a", da Decisão n.º 3.957/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inteiro teor dos termos dos itens VIII e IX da Decisão n.º 3.957/2011 e do Acórdão n.º 159/2011;

VI. considere, no mérito:

a) **improcedentes** as alegações ofertadas em relação ao pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação, objeto da Nota Técnica n.º 271/2007-DAS/CONT, conforme consignado na alínea "a" do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011;

b) **improcedentes** as alegações ofertadas em relação às irregularidades apontadas nos **subitens 1.2.1; 2.1.1.1; 2.1.1.1.2; 2.1.1.1.3; 2.1.2.1; 3.1.2; 5.2.1; 5.2.2; 6.1 e 9.2** do Relatório de Auditoria n.º 117/2007 e no



item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT, objeto da alínea “b” do item VIII da Decisão n.º 3.957/2011;

VII. aplique a **Sra. Vandercy Antônia de Camargos** a penalidade de inabilitação prevista no artigo 60 da Lei Complementar n.º 01/94, em razão da inobservância de preceitos legais e/ou operacionais inerentes ao cargo de Secretário de Estado de Educação exercido à época;

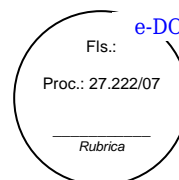
VIII. defira o pleito formulado pela **Sra. Vandercy Antônia de Camargos**, autorizando a prioridade na tramitação dos presentes autos, com fundamento no artigo 1211-A do Código de Processo Civil, combinado com os artigos 1º e 71, §1º, da Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e, ainda, no artigo 1º, §4º, da Portaria TCDF n.º 32/05;

IX. conceda aos responsáveis novo prazo para que, em 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento da multa aplicada no item IX da Decisão n.º 3.957/2011, no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, atualizado até a data do efetivo recolhimento, nos termos da Lei Complementar n.º 435/01;

X. dê ciência aos interessados do teor da decisão a ser proferida;

XI. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”

É o Relatório.



VOTO

11. O Relator original destes autos é o Conselheiro RENATO RAINHA. Entretanto, como se trata de exame de mérito dos recursos interpostos contra a Decisão nº 3.957/11-CRR (conhecido pelo Relator por meio das Decisões nºs 6.750/11 e 1.677/12-CRR), o processo foi encaminhado ao meu Gabinete, em 11 de julho de 2013 (Termo de Distribuição de fl. 694).

12. A Instrução, após analisar os documentos juntados, propõe o provimento parcial do recurso do Sr. Irã Oliveira Coutinho, o improvimento do recurso da Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos, a improcedência das justificativas apresentadas, o deferimento dos pedidos de celeridade processual e novo prazo para recolhimento da multa aplicada.

13. A discordância do Ministério Público refere-se à proposta de provimento parcial do recurso do Sr. Irã Oliveira Coutinho. Opina o douto **Parquet** pelo improvimento do apelo e pela aplicação da pena de inabilitação àquele responsável, bem como à Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos.

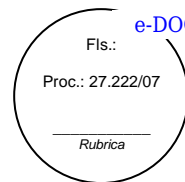
13. Com a devida vênia do Ministério Público, entendo que as falhas constantes desta Tomada de Contas Anual não são de molde a merecer a aplicação da pena de inabilitação, basta as multas que já foram aplicadas. Demais disso, novas sanções corresponderiam a um *“reformatio in pejus”*.

Assim sendo, de acordo com a Instrução, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da peça de fls. 465/470, apresentada pelo Sr. Irã Oliveira Coutinho (já conhecida como Recurso de Reconsideração, Decisão nº 6.750/2011), também, como razões de justificativa em face do inciso XII, alínea “a”, da Decisão nº 3.957/2011, para considerar:

a) suficientes as razões de defesa para afastar a aplicação da penalidade de inabilitação de que trata o art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;

b) procedentes as razões recursais para excluir as irregularidades apontadas nos subitens 2.1.1.1 (ausência de pesquisa de preços nas prorrogações do



Contrato nº 62/03), 2.1.1.1.2 (emissão de notas de empenho com modalidades de licitação incorreta), 2.1.2.1 (prestação de serviços sem cobertura contratual), 5.2.1 (condições físicas de armazenamento de materiais inadequadas), 5.2.2 (inexistência de extintores de incêndio com carga) e 6.1 (impossibilidade de conciliação contábil entre o SIGGO e o SIGMA) do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT (despesas realizadas acima do limite de 25% estabelecidos pelo artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93), constantes da alínea “b” do inciso VIII, da Decisão nº 3.957/2011¹;

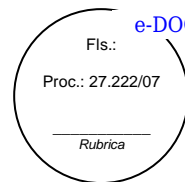
c) improcedentes as razões recursais em relação aos subitens 1.2.1 (convênios sem designação de executores), 2.1.1.1.3 (ausência de justificativa para o encerramento do Contrato nº 62/03), 3.1.2 (bens imóveis – 550 unidades urbanas e rurais que não constam no Cadastro de Registro de Imóveis do DF em 2006) e 9.2 (não encaminhamento do inventário físico patrimonial da unidade no prazo legal) do Relatório de Auditoria nº 117/07;

II. autorize a reforma do Acórdão nº 159/2011, no que concerne ao Sr. Irã Oliveira Coutinho, para excluir as irregularidades mencionadas na alínea “b” do inciso precedente;

III. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela Srª. Vandercy Antônia de Camargos (fls. 583/600 e anexos de fls. 601/650), em face do inciso XII, alínea “a”, da Decisão nº 3.957/2011, considerando-as procedentes para afastar a aplicação da penalidade de inabilitação de trata o art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;

IV. negue provimento às razões recursais da Srª. Vandercy Antônia de Camargos, mantendo-se os termos dos incisos VIII e IX da Decisão nº 3.957/2011 e do Acórdão nº 159/2011 (irregularidade das contas e aplicação da multa);

¹ Decisão nº 3.957/2011-CRR: “[...] b) irregularidades apontadas nos subitens 1.2.1, 2.1.1.1, 2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3, 2.1.2.1, 3.1.2, 5.2.1, 5.2.2, 6.1 e 9.2 do Relatório de Auditoria nº 117/2007 e no item 1.4 do Relatório de Auditoria nº 034/2008-GERES/DAS/CONT: Vandercy Antônia de Camargos, cargo ou função: Secretária de Estado, período: 01/01 a 30/12/06 e Irã Oliveira Coutinho cargo ou função: Subsecretário de Apoio Operacional, período: 22/08 a 31/12/06; [...]”



V. defira o pleito formulado pela Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos, autorizando a prioridade na tramitação dos presentes autos, com fundamento no art. 1211-A do Código de Processo Civil² c/c os arts. 1º e 71, § 1º, da Lei nº 10.741/2003³ (Estatuto do Idoso) e, ainda, no art. 1º, § 4º, da Portaria nº 32/2005-TCDF⁴;

VI. conceda novo prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. Irã Oliveira Coutinho e à Sr^a. Vandercy Antônia de Camargos para que efetuem e comprovem o recolhimento da multa que lhes foi aplicada (R\$ 3.000,00) por meio da Decisão nº 3.957/2011, que deverá ser atualizada, desde que não recolhida no novo prazo, até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001;

VII. dê ciência aos interessados do teor da decisão que vier a ser proferida;

VIII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 23 de julho de 2013.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro, em Substituição (CDL)
Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

² Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

³ Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

⁴ Art. 1º É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos internos deste Tribunal de Contas do Distrito Federal, em qualquer instância, em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. [...] § 4º A prioridade estabelecida neste artigo aplica-se aos processos administrativos, de tramitação interna, bem como aos de tomadas e prestações de contas e aos de concessões de aposentadoria, reforma e pensão sob exame de legalidade.



ACÓRDÃO Nº ____/2013

Ementa: Tomada de Contas Anual. Grave infração à norma legal. Contas irregulares. Ausência de débito ao erário.

Processo nº: 27.222/2007

Apensos nºs: 040.002.607/2007, 040.003.230/2007 e 040.009.043/2006

Nome/Função/Período: Irã Oliveira Coutinho (Subsecretário de Apoio Operacional, de 22.08 a 31.12.06)

Relator: Conselheiro, em Substituição, PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Representante do Ministério Público: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBURQUEQUE

Síntese das irregularidades apuradas: a) pagamento das diferenças salariais e dos valores referentes a auxílio-alimentação à então Secretária em detrimento de outros servidores que tinham o mesmo direito, objeto da Nota Técnica nº 271/2007-DAS/CONT; b) irregularidades apontadas nos subitens 1.2.1, 2.1.1.1.3, 3.1.2, e 9.2 do Relatório de Auditoria nº 117/2007

Valor individual da multa aplicada aos responsáveis: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea "b" e 20 da Lei Complementar DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar irregulares as contas em apreço e **condenar** o responsável indicado ao **recolhimento do valor da multa individual** aos cofres do DF, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2013

Presentes os Conselheiros: ____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) ____

Representante do MP presente: Procurador(a) ____

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO (CDL)
RELATOR

Fui presente:

Representante do MP